

notícias

ONG's em risco

Neste projecto de lei ficou explícita a imposição de regulamentação rígida e de um controle governamental injustificado sobre as actividades das ONG's, comprometendo a independência e autonomia das organizações da sociedade civil em Angola, contrariando direitos e liberdades constitucionais.

Perante este quadro e sob o risco de fecharem uma vez que, aprovada esta lei na especialidade, um organismo governamental terá poder para

decidir fechar ONG's ou determinar onde, com quem e que temáticas trabalham. As ONG's estão a accionar mecanismos regionais e internacionais, denunciando que esta proposta contraria o direito à liberdade de associação, direito à liberdade de opinião e expressão e o direito à não discriminação.

Texto: Mandele Rocha



Fotografia: ©Ae Cupessala

Construindo
Cidadania

Rádio Ecclesia | 97.5 FM
ZAP | Canal 504

Sábado
às 08H30



MO sai ko inForm⁵⁹

INFORMAÇÃO SOBRE OS DIREITOS HUMANOS
E O TRABALHO DO MOSAICO | INSTITUTO PARA A CIDADANIA



DIREITOS DAS MULHERES



Construindo - Pág. 10
MULHERES COM DIREITOS



Entrevista - Pág. 14
NANCY CARDOSO



Reflectindo - Pág. 18
O QUE É UMA MULHER?



MOSAÍKO inForm

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE

MOSAÍKO | Instituto para a Cidadania

NIF: 5000359718

Nº DE REGISTO: MCS – 492/B/2008

DIRECÇÃO

Júlio Candeeiro, op

SUPERVISÃO

Verónica Pereira

REDACÇÃO

Mandele Rocha

Adérito Casimiro

IMAGEM DE CAPA

Ae Cupessala

DESIGNER GRÁFICO

André Cupessala

CONTACTOS

Bairro da Estalagem - Km 12 | Viana

TM: (00244) 912 508 604

TM: (00244) 929 775 815

Caixa Postal 2304 - Luanda | Angola

E-mail: mosaiko@mosaiko.op.org

www.mosaiko.op.org

Facebook: Mosaiko

IMPRESSÃO

Damer Gráficas, S.A.

TIRAGEM: 2500 exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Os artigos publicados expressam as opiniões dos seus autores, que não são necessariamente as opiniões do Mosaiko | Instituto para a Cidadania.

índice

MOSAÍKO INFORM Nº 59 - JUNHO 2023

TEMA: DIREITOS DAS MULHERES

- PÁG. 03 *editorial*
Direitos das Mulheres são Direitos Humanos
- PÁG. 04 *informando*
Direitos das Mulheres
- PÁG. 08 *estórias da história*
Matriarcado em África
- PÁG. 09 *figura em destaque*
Desiree Ellis
- PÁG. 10 *construindo*
Quando as mulheres têm direitos...
- PÁG. 14 *entrevista*
"Ser Feminista não é pecado"
- PÁG. 18 *reflectindo*
O que é uma mulher?
- PÁG. 20 *notícias*
ONG's em risco

COM O APOIO

MISEREOR
• IHR HILFSWERK

“

QUANDO AMAMOS A DEMOCRACIA,
AMAMOS O FEMINISMO.

”

Celia Amorós



editorial

Direitos das Mulheres são Direitos Humanos

Júlio Gonçalves Candeeiro, op
Director Geral

Fotografia: ©André Cupessala

Estimado leitor/a

A presente edição do Mosaiko Inform é dedicada ao Direito das Mulheres. Infelizmente, ainda hoje existe a ideia de que falar do Direito das Mulheres é contrariar os princípios da universalidade e da indivisibilidade dos Direitos Humanos. Na prática não deveria ser assim!

O argumento em favor dos Direitos das Mulheres funda-se nas lutas contra a discriminação e os desequilíbrios que ocorrem um pouco por todo o lado, devido às desigualdades e injustiças baseadas no género.

É neste prisma que se centra o debate, na medida em que há ainda um desnível entre direitos e deveres atribuídos aos homens e às mulheres, um problema que é reproduzido, constantemente por agentes de socialização, entre as quais, a família, a religião, a media etc.

O Construindo desta edição apela à necessidade de mais justiça e equilíbrio no gozo e acesso aos Direitos universais para as mulheres. Se tomarmos o exemplo da educação, constataremos que o acesso a este direito é condicionado pelo facto de ser homem ou mulher.

A história de Desirée Ellis, a primeira mulher treinadora da selecção de futebol sul-africana, é a nossa Figura de Destaque que, tal como outras milhares de mulheres continuam a ser discriminadas, simplesmente por optarem por

profissões ou sectores de vida socialmente atribuídas aos homens.

Na Entrevista, a teóloga feminista, Nancy Cardoso, defende a necessidade de estudar e discutir o feminismo em diálogo com ou dentro da teologia, desmistificando que “ser feminista não é pecado”. E como é vital denunciar a opressão e invisibilização da mulher, daí o convite da brilhante escritora nigeriana, Chimamanda, para que “todos lutem contra as injustiças que pesam sobre as mulheres”.

Só nesta perspectiva compreenderemos o sentido de um olhar mais específico e atento que formula Direitos dirigidos às mulheres. Porque sem questionar o senso comum, corre-se o risco de não tratar diferente, o que não é igual e ignorar o que é próprio do que é ser homem e do que é ser mulher.

Os Direitos das Mulheres são importantes para a narrativa e prática dos Direitos Humanos a nível mundial.

Boa leitura!

MO SAI KO
INSTITUTO PARA A CIDADANIA

Guiado por um forte compromisso social, tem como objectivo o respeito pela dignidade humana e o desenvolvimento da sociedade angolana, a partir do contributo de todos e de cada um(a).

Por uma Angola melhor

Mosaiko_ Instituto para a Cidadania
99 subscritores

Subscribo

INÍCIO VÍDEOS SHORTS EM DIRETO PLAYLISTS CANAIS ACERCA DE

Playlists criadas

Género e Direitos Humanos
Ver playlist completa

ANGOLA É COM MULHERES E HOMENS - Infografia
Ver playlist completa

Conferência Internacional sobre Género e Políticas Públicas
Ver playlist completa

Subscreva ao nosso canal do youtube



informando

DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES

“Há direitos só para mulheres? E por que precisam as mulheres de ter direitos específicos e exclusivos?”

Os direitos humanos das mulheres emanam da necessidade de equilibrar o acesso ao direito universal em contextos de desigualdade de género. Nesta perspectiva, compreendem a subordinação histórica imposta à mulher e, servem para reparar e tornar justo. Então a sua formulação parte do contexto e inclui medidas que nivelam ou equilibram o acesso aos direitos.

Estes direitos têm a forma de diplomas e protocolos internacionais, nomeadamente, o Protocolo de Maputo, mas também, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres ou o número 18, da Declaração de Viena. Segue-se então, a selecção de alguns direitos do Protocolo de Maputo, ratificado por Angola em 2007 e como Estado Parte, Angola está comprometida e pode ser responsabilizada por incumprimento.

Direitos das mulheres

Direito à vida, à integridade e segurança da pessoa

Toda a mulher tem direito ao respeito pela sua vida, à integridade física e à segurança. Devem ser proibidas todas as formas de exploração, de punição e de tratamento desumano ou degradante.

Os Estados Partes comprometem-se a criar e aplicar leis que proibam todas as formas de violência contra as mulheres, incluindo as relações sexuais não desejadas e forçadas, quer em privado quer em público; Além de legislativa, adoptar medidas administrativas, sociais, económicas e outras para prevenir, punir e erradicar todas as formas de violência contra as mulheres.

“As mulheres devem estar representadas em paridade com os homens e em todos os níveis nos processos eleitorais e a todos os níveis de desenvolvimento das autarquias locais...”



Fotografia | © Ae Cupessala

◆ *Direito à dignidade*

Toda a mulher tem direito ao respeito da sua pessoa e ao desenvolvimento livre e pleno da sua personalidade.

Os Estados Partes devem adoptar medidas que proíbam todas as formas de exploração ou degradação da mulher e garantam a defesa do direito de todas as mulheres à sua dignidade e a serem protegidas de todas as formas de violência, particularmente a sexual e verbal.

◆ *Acesso à Justiça e igualdade de protecção perante a lei*

As mulheres e os homens são iguais perante a Lei e devem ter direito a beneficiar de igual protecção da Lei.

Os Estados Partes devem garantir o acesso efectivo das mulheres aos serviços jurídicos e legais, incluindo a assistência judiciária; Criar estruturas educacionais, dando especial atenção às mulheres e à sensibilização de todos quanto aos direitos das mulheres, para que os órgãos públicos, a todos os níveis, sejam dotados de meios para interpretar e aplicar correctamente os direitos da igualdade do género.

◆ *Direito à Participação no Processo Político e de Tomada de Decisões*

Os Estados Partes devem promover a governação participativa e a participação paritária das Mulheres na vida política dos seus países, através de uma acção afirmativa e uma legislação nacional.

As mulheres devem estar representadas em paridade com os homens e em todos os níveis nos processos eleitorais e a todos os níveis de desenvolvimento e de implementação das políticas e programas das políticas e programas de desenvolvimento dos Estados e das autarquias locais.

◆ *Direito à Educação e à Formação*

Os Estados Partes devem tomar todas as medidas para:

- ◆ Eliminar todas as formas de discriminação contra as mulheres e raparigas no domínio da educação e formação;
- ◆ Eliminar todas as referências em manuais, currículos e meios de comunicação social que perpetuam essa discriminação;
- ◆ Proteger as mulheres, especialmente as raparigas contra todas as formas de abuso, assédio sexual nas escolas e prever sanções contra os autores destas práticas;
- ◆ Proporcionar serviços de aconselhamento e reabilitação das mulheres vítimas de abuso e assédio sexuais;

informando

**DIREITOS HUMANOS
DAS MULHERES**

- Integrar a questão do género e a educação dos direitos humanos em todos os níveis dos programas de ensino, incluindo a formação de formadores;
- Promover a inscrição e a retenção de raparigas nas escolas e noutros centros de formação, assim como organizar programas em prol das mulheres e das raparigas que abandonam as escolas de forma prematura.

◆ *Direitos Económicos e à Protecção Social*

Os Estados Partes adoptam e aplicam medidas legislativas para garantir às mulheres iguais oportunidades no trabalho e no desenvolvimento da carreira e outras oportunidades económicas. Promovendo a igualdade em matéria de acesso ao emprego, direito à remuneração igual para homens e mulheres num mesmo emprego de valor igual e garantir a transparência na contratação, promoção e na exoneração das mulheres com vista a combater o assédio sexual no local de trabalho.

Os Estados Partes devem criar condições propícias para promover e apoiar os empregos e as actividades económicas das mulheres, particularmente, no sector informal; Criar um sistema de protecção e de segurança social a favor das Mulheres que trabalham no sector informal e sensibilizá-las para que adiram a esse sistema; Tomar as medidas necessárias a fim de valorizar o trabalho doméstico das mulheres; Garantir às mulheres férias adequadas e pagas, antes e depois do parto, tanto no sector privado como no público; Tomar as medidas legislativas e administrativas apropriadas para a combater a exploração ou a utilização das mulheres para fins publicitários.

◆ *Direito à Saúde e ao Controlo das Funções de Reprodução*

Os Estados Partes devem garantir o respeito e a promoção dos direitos da Mulher à saúde, incluindo à saúde sexual e reprodutiva:

- Direito ao controlo da sua fertilidade, de decidir sobre a sua maternidade, o número de filhos e o espaçamento dos nascimentos;

- Direito de escolher livremente métodos contraceptivos;

- Direito de se proteger e de ser protegida contra as doenças de transmissão sexual, incluindo o VIH/SIDA, o direito de serem informadas sobre o estado de saúde do seu parceiro, em particular, em caso de doenças sexualmente transmissíveis, incluindo o VIH/SIDA, em conformidade com as normas internacionalmente reconhecidas;

- Direito à educação sobre o planeamento familiar.

Além disso, os Estados Partes devem tomar medidas para:

- Assegurar às mulheres o acesso aos serviços de saúde adequados de baixo custo e a distâncias razoáveis, incluindo os programas de informação, de educação e comunicação para as mesmas, em particular, para aquelas que vivem nas zonas rurais;

- Criar e reforçar os serviços de saúde pré e pós-natal e nutricionais para as mulheres, durante a gravidez e o período de aleitamento.



“Os Estados Partes devem criar um sistema de proteção e de segurança social a favor das Mulheres que trabalham no sector informal”

◆ Casamento

Os Estados Partes garantem que os homens e as mulheres gozem de direitos iguais e que sejam considerados parceiros iguais no casamento. A este respeito, assegurar: que nenhum casamento seja contraído sem o consentimento pleno e livre de ambas as partes; A idade mínima de casamento para as mulheres seja de 18 anos; Durante o casamento, a mulher tenha o direito de adquirir bens próprios, de administrá-los e geri-los livremente.

◆ Direitos da Viúva

Os Estados Partes devem adoptar medidas apropriadas para garantir que a viúva goze de todos os direitos humanos, não seja sujeita a tratamentos desumanos, humilhantes e/ou degradantes; Depois da morte do marido, a viúva torna-se a tutora dos seus filhos, salvo se isso é contrário aos interesses e ao bem-estar destes últimos; A viúva deve ter o direito de contrair novo matrimónio com um homem de sua escolha.

Uma viúva tem o direito a uma parte igual da herança relativa aos bens do seu esposo. Uma viúva tem o direito de continuar a habitar no domicílio conjugal, independentemente do regime matrimonial. Em caso de novo casamento, ela conserva esse direito se a habitação lhe pertence ou se a tiver obtido por herança.

◆ Proteção Especial à Mulher Idosa

Os Estados Partes comprometem-se a garantir a protecção das idosas, e tomar medidas específicas de acordo com as suas necessidades físicas, económicas e sociais, bem como, o seu acesso ao emprego e à formação profissional; Assegurar protecção contra a violência, incluindo o abuso sexual e a discriminação com base na idade e garantir-lhes o direito de serem tratadas com dignidade.

◆ Proteção Especial das Mulheres Portadoras de Deficiência

Os Estados Partes comprometem-se a garantir a protecção das mulheres portadoras de deficiência, nomeadamente através de medidas específicas de acordo com as suas necessidades físicas, económicas e sociais, para facilitar o seu acesso ao emprego, à formação profissional e vocacional, bem como, à sua participação na tomada de decisões; Garantir a protecção das mulheres portadoras de deficiência contra a violência, incluindo o abuso sexual e a discriminação com base na doença e garantir o direito a serem tratadas com dignidade.

Fonte: Protocolo de Maputo

Texto: Mandele Rocha

estórias da história

MATRIARCADO EM ÁFRICA

O matriarcado é um sistema de organização social em que as mulheres têm um papel central e dominante na estrutura de poder e autoridade. São líderes na política, economia, religião e na sociedade, a linhagem ou descendência materna é valorizada.

Ainda que pouco reste deste passado liderado por mulheres que com bravura e tenacidade defenderam os seus reinos, importa lembrar os seus nomes.

Hatshepsut 1479-1458 a.C. Sob o seu reinado, o Egito desfrutou de estabilidade política e prosperidade económica. Lembrada por manter a ordem interna e promover a prosperidade durante o seu governo.

Makeda 960 a.C. Liderou o actual território da Etiópia; Makeda é vista como uma figura influente na história etíope e é celebrada pelas suas contribuições à fé e cultura etíopes.

Amanishakheto 40 -10 a.C. Liderou a região da Núbia (Sudão/Egipto) notabilizou-se por ter infligido uma grande derrota ao exército do imperador romano Octávio Augusto.

Amina 1425 foi rainha de Zazau, Nigéria. A primeira liderança a vender noz-de-cola em grande escala. Ordenou a construção de uma muralha defensiva em torno da cidade, conhecida como “muros de Amina”.

Nzinga Mbande 1582-1663 Rainha da Matamba, localizada entre o Reino do Ndongo e Congo, (actual Norte de Angola), enfrentou os portugueses comerciantes de escravos e a sua luta ajudou a despertar a resistência contra os invasores.

Yaa Asantewa 1840-1921 Líder do Império Axânti, Gana, comandou a conhecida Guerra do Trono de Ouro, contra o colonialismo britânico.

Ranavalona 1778-1861 Foi rainha de Madagáscar, afastou os colonizadores europeus do seu reino e fez acordos comerciais com a França e a Inglaterra.

Nandi ka Bhebhe 1760-1827 Conhecida como rainha Zulu, África do Sul, exerceu forte influência contra os colonizadores britânicos.

Nehanda Nyakasikana 1840-1898 Foi uma líder espiritual do povo Shona, Zimbabwe, sobre o qual gozava de grande respeito e poder. ●



figura em destaque

DESIREE ELLIS

“Disseram-me que queria ser menino por querer jogar futebol”

Foi a única treinadora negra no mundial de futebol feminino em 2023.



Fotografia: ©DR

“O talento em campo não foi o suficiente para que as jogadoras pudessem viver do futebol”

Atualmente é a treinadora principal da seleção feminina de futebol da África do Sul, denominada Banyana Banyana, mas começou a sua trajetória na década de 1970. Foi meio-campista numa altura em que começaram a aparecer as primeiras mulheres no futebol com desejo de seguir uma carreira profissional. Tendo sido uma das pioneiras a fazer parte da seleção feminina Sul Africana. "Disseram-me que queria ser menino por querer jogar futebol", recordou Desiree Ellis.

Além disso, a futebolista enfrentou o apartheid, um regime de segregação racial, implementado na África do Sul que só privilegiava os brancos e por isso mesmo, as equipas de futebol foram banidas da Confederação Africana de Futebol e da FIFA (Associação Federativa de futebol internacional).

O talento em campo não foi o suficiente para que as jogadoras pudessem viver do futebol. Até porque mesmo após o fim do apartheid, a federação não demonstrava qualquer interesse no futebol feminino e as jogadoras eram obrigadas a ter outros empregos para se sustentarem. No caso de Desiree, chegou a trabalhar num talho, foi vendedora de porta-a-porta, editora de fotografia numa revista desportiva...

Contudo, foi difícil conciliar futebol e outros trabalhos, em 1993 a África de Sul venceu o Eswatini por 14-0, mas ao regresso: "Perdi o meu emprego porque tivemos que ir de autocarro da Cidade do Cabo até Joanesburgo, no regresso o pneu furou e eu cheguei ao trabalho com um dia de atraso", contou a técnica Sul-Africana.

Quando a África do Sul organizou o mundial masculino, os feitos de Desiree Ellis por defender e integrar a seleção foram reconhecidos, a futebolista foi nomeada Embaixadora do Mundial de 2010 e mais tarde, premiada Melhor Treinadora Africana por três vezes (2018, 2019 e 2022).

Desiree Ellis nasceu a 14 de Março de 1963 em Salt River, na Cidade do Cabo, África do Sul. ●

“Desiree, chegou a trabalhar num talho, foi vendedora de porta-a-porta, editora de fotografia numa revista desportiva”

Texto: Adérito Casimiro

construindo

QUANDO AS MULHERES TÊM DIREITOS...

Se se assegurarem os direitos das mulheres, o mundo será diferente. Haverá menos exclusão, mais desenvolvimento e menos insegurança para todas e todos.

O mundo não acaba, tendencialmente melhora ou não fosse já esta experiência que acumulamos desde que a mulher passou a votar, começou a trabalhar fora de casa, teve acesso à instrução e ao conhecimento, licenciou-se, profissionalizou-se e ascendeu social e financeiramente.

Muitos discordam que estes factos representem melhoria, mas é já incontornável a presença e posicionamento das mulheres nos mais variados sectores. Os que duvidam fundamentam-se na ausência de mudanças estruturais nas famílias e cultura das comunidades, é facto que são nesses espaços onde se encontram as maiores resistências em tornar o ambiente e as oportunidades mais equilibradas entre homens e mulheres.

Essas resistências manifestam-se sob a forma de violência contra as mulheres com estatísticas contraditórias, ou seja, verifica-se recorrentemente que os países chamados desenvolvidos, onde se promove e concretiza maior paridade entre os géneros, o número de feminicídios, perpetrado pelos parceiros é elevado, sobretudo quando a mulher atinge um nível profissional elevado.

“Constata-se que apesar do esforço em tornar a sociedade mais equitativa, este objectivo não é atingível sem que se altere estruturalmente cada indivíduo(a), já que são produto de um sistema que determina que as mulheres são incapazes, inseguras e mães”



Fotografia: © DR



Fotografia: © DR

Porque os homens matam as mulheres?

São muitas as estatísticas e com muito pouco ou mesmo nenhum efeito sobre o necessário estágio de paridade de género. Por exemplo, na Alemanha, uma pesquisa recente, revelou que um terço dos jovens alemães (18-35 anos) considera “aceitável” a violência contra a mulheres, nesse mesmo estudo encomendado pela Plan International Germany, 34% dos jovens admitiu ter sido violento com as suas parceiras, para “induzir respeito”.

Outras estatísticas demonstram que a disparidade de género em áreas como educação, participação económica ou empoderamento político, dá forma à desigualdade que existe entre cidadãos e cidadãs. E mesmo com uma série de estudos que tentam encontrar uma explicação para a violência contra a mulher ou de iniciativas terapêuticas que procuram trabalhar as causas junto de grupos de homens e de mulheres, o certo é que nos países que se dizem mais iguais, pouco mudou.

construindo

**QUANDO AS MULHERES
TÊM DIREITOS...**

Constata-se que apesar do esforço em tornar a sociedade mais equitativa, este objectivo não é atingível sem que se altere estruturalmente cada indivíduo(a), já que são produto de um sistema que determina que as mulheres são incapazes, inseguras e apenas mães. Em contrapartida, os homens são confiantes, dominantes e capazes e sob este pressuposto estabelece-se a ordem social, as dinâmicas familiares, as políticas públicas, por fim, quem tem acesso e a que oportunidades. Por esta ordem de ideias, o indivíduo que desde que nasceu foi educado para dominar, reage quando desafiado, uma vez que é colocado num lugar que para si é estranho e de insegurança.

*“ Quando os direitos
das mulheres
são assegurados,
os homens não
perdem direitos, na
verdade ganham, se
entenderem que há
qualidade de vida
numa sociedade que
cuida igualmente do
desenvolvimento de
todas e todos”*



Educar para a igualdade/equidade

A partir do momento em que o movimento feminista iniciou a sua reivindicação por igualdade, a ordem social estabelecida sentiu-se desafiada e reagiu: Ridicularizou e demonizou o movimento das mulheres, mas apesar da forte resistência, foi conquistando espaço e alcançando vitórias ao longo dos anos. Em contrapartida, sendo um movimento, é naturalmente disruptivo, logo cria tensões que tornam difícil qualquer construção conjunta. Sobretudo, quando se percebe que mudar um grupo apenas não é o suficiente e que são necessárias transformações estruturais que implicam toda a sociedade.

Até porque essas mudanças devem acontecer em diferentes níveis: familiar, cultural, social, político, religioso, filosófico... O que se propõe é criar um mundo novo, com um olhar particular sobre as desigualdades que obriga a corrigir os desníveis entre os diferentes grupos, respeitando e valorizando essas diferenças.

Complementaridade e não Competitividade

Nesse mundo novo as mulheres têm direitos que as compreendem sem paternalismos. Por exemplo, uma política de saúde que estuda todo o ciclo de vida da mulher e que não concentra os serviços especializados apenas na fase reprodutiva.

Esta compreensão deve estender-se também à educação que por um lado não deve ser limitada aos papéis convencionados socialmente, ou seja, as meninas desde que nascem, em casa devem ser incentivadas a ser o que quiserem ser, sem limites, incutido-lhes a confiança necessária para que se sintam capazes de abraçar qualquer desafio.

Ainda em casa tanto meninas como meninos devem ser educados para uma convivência equilibrada, de respeito pelas diferenças, estimulados a participar nas decisões e a formular as suas opiniões.

Por outro lado, a sociedade deve ajustar-se à função reprodutora da mulher que é limitada no tempo, isto quer dizer que o Estado planifica e prepara a opção

“Neste mundo novo as mulheres não se tornam mães, as pessoas tornam-se pais (pai e mãe)”

de maternidade entre os 25 e os 35 anos, garantindo que não compromete o desenvolvimento profissional da mulher.

Na prática, na idade em que termina a faculdade, (25 anos mais ou menos) a mulher, se assim quiser, poderá optar pela maternidade, o Estado provê meios e mecanismos para assegurar que esta mulher não fica em desvantagem, quando ingressar no mercado de trabalho, não recebe menos por “existir o perigo” de engravidar. E uma vez a trabalhar, independentemente da sua classe social, pode colocar os filhos na creche se assim quiser e sem sentir-se culpada pela pressão social. Pode ainda reduzir a sua carga horária sem sofrer represálias, ameaças ou pressões da entidade patronal.

Neste mundo novo as mulheres não se tornam mães, as pessoas tornam-se pais (pai e mãe). Assim, ao pai é alargado o tempo de assistência aos filhos, permitindo-lhe acompanhar o desenvolvimento e estar presente sempre que necessário, uma vez que também pode usufruir de redução horária sem pressões ou despromoções.

Quando os direitos das mulheres são assegurados, os homens não perdem direitos, na verdade ganham, se entenderem que há qualidade de vida numa sociedade que cuida igualmente do desenvolvimento de todas e todos. Não explora nem minimiza uns e enaltece e valoriza outros, nem promove a guerra insana entre sexos, existe uma grande complementaridade se em liberdade mulheres e homens consertarem os papéis de cada um e cada uma para juntos construírem um mundo melhor que procura ser justo e inclusivo. ●

Texto: *Mandele Rocha*

entrevista

NANCY CARDOSO

“SER FEMINISTA NÃO É PECADO”



Fotografia: ©Ae Cupessala

A teóloga feminista interpreta o sagrado a partir da sua vivência e denuncia a opressão e invisibilização da mulher.

Como se tornou feminista, cristã e pastora?

Cresci numa família metodista, a minha mãe era muito activa na igreja, mas para representar, tomar decisões, quem ia era o meu pai. Quando adolescente comecei a questionar isso. Anos depois, já estava a estudar filosofia, durante o fim da ditadura militar, surge a teologia da libertação com uma

experiência muito forte de resistência, em que as igrejas tornaram-se espaços importantes de defesa dos direitos humanos, contra a violência do Estado, as perseguições e mortes, isso impactou a minha juventude a ponto de deixar a filosofia e fazer teologia.

Nessa altura ainda não existia uma teologia feminista, só depois com o processo da redemocratização da vida do país, começamos a visibilizar as

relações sociais de poder desiguais e a falar dos direitos humanos dos pobres, dos índios, do povo negro, os direitos da mulher.

O feminismo não foi um ponto de partida, mas de chegada, uma caminhada colectiva de luta por uma sociedade democrática que distribui poder e oportunidades para as mulheres, mas também, para o povo negro, índio...

Quando vou para o mestrado e doutoramento, surgiu um núcleo de teologia feminista, ao mesmo tempo, começa um grupo de teólogas feministas católicas e juntámo-nos e lá se vão 30 anos.

O que diferencia a teologia feminista?

É uma teologia contextual e interseccional que é classe, género, etnia, geração... A mulher existe em contexto, uma mulher jovem é diferente de uma mulher idosa, uma mulher branca trabalhadora é diferente de uma mulher negra trabalhadora. Como é que lidamos com essas demandas? Então o feminismo começa a pedir às teólogas: O que fazer?

E o que fizeram?

Primeiro, visibilizar as mulheres na igreja, na bíblia, na história da igreja, no ministério... A mulher trabalhadora, leiga que enche as nossas igrejas são maioria, mas não para ter cargo, função dentro da igreja. Existe um tecto, as mulheres só podem até um certo limite, cantar no coral, cozinhar e dali não passa.

Foi muito importante visibilizar as mulheres na bíblia, estudar as mulheres e não se trata só de ver a mulher, mas de entender a Palavra de Deus com essa relação social de poder entre homens e mulheres.

Tínhamos uma revista de estudos feministas da religião, surgiram convites para palestras e congressos. Começa a aumentar o número de mulheres a estudar teologia. Só havia biblistas homens, eu sou a segunda doutora em bíblia no Brasil, a primeira é minha amiga, terminou um ano antes.

E agora o que fazem?

Temos um serviço a prestar à sociedade até porque as feministas no geral, não entendem nada de religião, por isso não falam de igreja nem de religião. Dizem que a igreja é opressora, mas as mulheres estão nas igrejas e gostam de estar na igreja porque encontram espaço, valor, algum conforto. Quando entendemos o fenómeno da religião e como funciona, percebemos que qualquer transformação dos direitos das mulheres aqui em Angola ou lá no Brasil, vai ter que pensar a situação da igreja.

Mas a igreja realmente oprime as mulheres...

A igreja discrimina as mulheres, é um sistema patriarcal, mas faz sentido para a maioria das vidas pobres. Como funciona a religião? Que lugar social é esse? Como nós, que tivemos oportunidade de estudar, podemos contribuir para o movimento de mulheres no mundo? É preciso tirar a parte opressora e entender o que elas encontram de libertador e de valor nessa experiência.

Porque é que as religiões, sobretudo cristãs são anti-feministas?

Já foi mais hegemonicamente anti-feminista, não é mais. Se entendermos a religião como lugar onde se encontram interesses importantes da vida dos grupos sociais, então o espaço da religião é entendido como espaço de disputa de poder e valor, em todos os sentidos.

O movimento de Jesus, o evangelho, não é um movimento patriarcal, pelo contrário. A proposta do movimento de Jesus é anti-patriarcal, inclusive mataram Jesus também por andar com mulheres, escravos, loucos, doentes, pobres... A proposta de Jesus é a mesa da igualdade num sistema religioso muito patriarcal. Jesus morreu pelos nossos pecados sim, o nosso pecado é uma sociedade patriarcal, Ele morreu contra esse mundo patriarcal...

entrevista

NANCY CARDOSO

TEÓLOGA FEMINISTA

Porque ninguém ensina isso nas igrejas?

A cultura bantu tem elementos patriarcais e o cristianismo também, quando estas duas coisas se juntam explica-se o silenciamento que temos hoje. A cultura bantu foi golpeada pelo colonialismo, o cristianismo passou pela Europa e o capitalismo virou religião e a religião virou capitalismo.

O que nos chega hoje é essa junção da religião com o poder e da economia com poder, fica como um bloco invencível, por isso não adianta lutar só nas igrejas. Temos que entender que existe essa troca de favores entre o sistema patriarcal nas igrejas e o sistema patriarcal na sociedade. Uma mão lava a outra, não adianta libertar na igreja sem fazer o processo de libertação na sociedade, por isso é interseccional temos que trabalhar as gerações de poder na sociedade.

A quem a narrativa de que o feminismo é do diabo serve?

A quem quer manter os privilégios do patriarcado.

Quem é?

No Brasil sabe-se que a elite branca proprietária no poder precisa do fundamentalismo religioso cristão por promover a família cristã que é pai, mãe e filhos por essa ordem. O fundamentalismo político, económico precisa do fundamentalismo religioso.

Bolsonaro juntou o integralismo, o fundamentalismo católico com fundamentalismo protestante evangélico pentecostal, para apoiarem uma pauta inviável para as mulheres trabalhadoras, mas que mantem as relações sociais económicas como estão.

Eu vejo aqui na faculdade entre os alunos e alunas que casam, ela pára de estudar e ele continua. Porque tem que se escolher ser mãe ou ser teóloga... Quando a mulher começa a reivindicar a mesa da igualdade, coloca em risco a forma como a socieda-

de está montada. No Brasil muitas de nós, teólogas, fomos colocadas para fora do espaço da igreja. Dei aulas de teologia na faculdade Metodista no Brasil, até que um dia fui feminista demais e nunca mais pude dar aulas.

E o que é ser feminista demais?

Fiz perguntas sobre estas questões de poder. Por exemplo, agora as mulheres podem fazer mestrado e doutorado, mas quem dá aulas continuam a ser os homens. Houve abertura para que as mulheres estudassem, mas não reformularam o sistema de contratação. O mesmo se passa com os cargos na igreja que são por nomeação, coleguismo, indicação quando se deveria abrir um concurso e criar regras para que homens e mulheres se candidatassem de forma igual. Falei, discuti sobre isto e nunca mais pude voltar a dar aulas de teologia na Metodista no Brasil.

Ser feminista é pecado?

Ser feminista não é pecado, pecado é ser desigual, ter uma sociedade violenta e nós, mulheres, sofremos e somos vítimas disso. A mulher é violentada em casa entre a família porque não fez o jantar ou disse: 'comigo assim não!' Ou então: 'hoje não posso'. 'Ela faz por merecer'. Um homem nunca sabe porque bate, mas a mulher sabe sempre porque apanha. Quando ela sai fora daquilo que lhe ensinaram que deveria fazer, isso não é pecado, é reconhecer que sendo uma pessoa amada por Deus, tem valor, pode amar outras pessoas e ser um instrumento de valorização da comunidade.

Pecado é essa violência que ninguém fala e essa desigualdade que ninguém aponta. A mulher se sente pecadora porque lhe colocaram na cabeça. Nesse caso só há um remédio um grupo de mulheres para se fortalecerem, conversar, contar histórias, falar da vida e cada uma afasta a ideia de que é responsável pelo seu sofrimento e afirma mecanismos de superação.

entrevista

NANCY CARDOSO
TEÓLOGA FEMINISTA

Uma teologia que sustenta a opressão, invisibilização da mulher está longe de Jesus Cristo?

A teologia que temos é feita por homens para defender o lugar dos homens na igreja. Está completamente longe de Jesus Cristo que disse: a prostituta e o ladrão vão receber-nos no Reino de Deus, o que muda completamente o critério que temos de santidade, encontrada entre os sectores mais marginalizados da sociedade, esses são os preferidos de Jesus. O que temos hoje é uma teologia a serviço dos homens para manter a exclusividade no poder.

Quão importante é que as mulheres nas igrejas comecem a lutar pelos seus direitos?

Totalmente importante, mas em que condições? Em Angola há condições de luta pelos direitos? Que condições objectivas e subjectivas? Não é fácil, ter que enfrentar a sua própria igreja. A consciência do direito, começa por um levante social popular com impacto nos sectores cultural, mediático, religião, música... Acontece no momento em que a sociedade entra em luta, aqui em Angola imagino que tenha sido na luta pela independência, li que foi um período em que as mulheres se empoderaram mais. No momento de levante social, o espaço religioso também se flexibiliza mais, mas depois passa e é como aconteceu no pós-independência, dá-se a guerra civil e a militarização que é uma estrutura patriarcal, acabou com as mulheres.

“Dei aulas de teologia na faculdade Metodista no Brasil, até que um dia fui feminista demais e nunca mais pude dar aulas”

Teóloga feminista, 64 anos, licenciada em Filosofia e Teologia, mestre e doutora em Ciências da Religião. É pastora metodista reformada, pastora do campesinato durante 25 anos. Trabalhou com o Movimento sem Terra, a Comissão Pastoral da Terra com comunidades camponesas, quilombolas e indígenas na Amazônia. É considerada agroeco-teóloga feminista por trabalhar e realizar pesquisas com temas como filosofia, religião, feminismo, educação popular, ecologia, agricultura, movimentos sociais, história...



O feminismo é um dos movimentos mais revolucionários do século XX, mas chega ao século XXI elitista. Como chegar às massas e garantir a sua sobrevivência?

Com uma visão de sociedade. Que país temos e o que queremos. Falta às feministas na América Latina e aqui, entenderem o que é religião. Elas têm pena das mulheres que estão na igreja: ‘ai como são alienadas, são burras! Elas vão à igreja que é opressora’. Se as feministas entendessem sociologicamente o lugar da religião não seriam tão elitistas. Qualquer mudança que se queira fazer não se faz sem as mulheres do povo e elas estão nas igrejas.

A mamã zungueira durante a marcha canta hinos da igreja... onde ela aprende a ser obediente a ficar calada. Nós não mudamos as ideias para mudar a vida, é mudando a vida que mudamos as ideias. Ela criou uma oportunidade objectiva de luta, participou e partiu para cima, no domingo ela foi ao culto e cantou, o pastor falou mal do protesto das zungueiras? Não. Elas vivem na ambivalência não vão à rua porque são cristãs, ela vive nessa contradição. Penso que o feminismo surge mesmo daí quando mulheres que estão nessa contradição juntam-se e começam a planear coisas juntas. ○

Texto: *Mandele Rocha*

reflectindo

O QUE É UMA MULHER

A mulher não é nem nunca poderá ser um conceito ou definição fechados, até porque segundo Simone de Beauvoir, não se nasce mulher, torna-se mulher, não na lógica de que ela se torna aquilo que os outros projectam, mas no sentido em que deve ser dotada de liberdade para se construir como ser humano e transpor qualquer ideias ou teorias criadas sobre e para si.

Nessa linha, tornou-se mulher quando conquistou espaços e direitos desde há três séculos, através do Feminismo, exigindo liberdade para se observar, indagar e se pensar como ser humano que se desenvolve social, política, cultural e economicamente.

Fez-se ouvir, forjou oportunidades, estabeleceu perspectivas, narrativas e mundividências, reivindicou direitos e com a sua perspectiva, ultrapassou normas sociais e culturais. A mulher chegou ao século XXI desafiada pelo patriarcado que agora, desenraíza-a da sua biologia e força-a a construir-se na fluidez de um sentir-se mulher, resignificando este ser humano, colocando em causa algumas conquistas fundamentais do feminismo.

Por exemplo é ensurdecador o silêncio originado pelo medo de falar e de contrapor uma narrativa que se impõe como dominante. Vê-se esse medo quando se questiona: O que é uma mulher? No do-





Fotografia: ©DR

cumentário de Matt Walsh é incotornável o desconforto e fica claro que nesta era moderna, dita progressista de suposta aceitação e polarização, há um tipo de ser humano que apesar de numericamente significativo em todo o mundo, volta a ser esmagado e condenado, sem falar, à obrigatoriedade de incluir, excluindo-se.

Esta poderia, aliás ser uma resposta à pergunta “ameaçadora”: Mulher é ter esta capacidade biológica e/ou emocional de se dar ao outro e de cuidar do outro, por vezes desmesuradamente, sem antes olhar por si mesma. E infelizmente, por isso mesmo, a mulher é abusada, subjugada e relegada a um papel secundário por todos os grupos até pelas pessoas que se identificam mulher, mas estas são autocentradas.

O lugar da pessoa que se sente mulher e se impõe globalmente é, em si, um lugar de poder nunca antes experimentado pelas mulheres no geral. Até então, não se percebeu se as pessoas que se sentem mulheres lutam com a mesma energia pelos direitos das mulheres e logo, também são feministas. Abraçam as causas das mulheres? Combatem a misóginia, a ginofobia, o ódio, desprezo e medo patológico manifesto contra a mulher? Se não lutam contra destruir e apagar a mulher, faz sentido identificar-se com algo que se quer fazer desaparecer? Não se deveria preservar a mulher ao invés de diluí-la no tudo e nada?

A escritora Chimamanda Adichie defende que “todos deveríamos ser feministas”, sobretudo as pessoas que podem usar o poder e privilégio que têm para que todas as mulheres biológicas e as que se identificam mulher, sejam em pleno, com direitos, liberdades e oportunidades iguais, o que quiserem ser. E se não são feministas, serão ginofóbicas?

“A mulher chegou ao século XXI desafiada pelo patriarcado que agora, desenraíza-a da sua biologia e força-a a construir-se na fluidez de um sentir mulher”

Texto: Mandele Rocha